



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A DIMENSÃO POLÍTICA NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL/RN

Salete Gonçalves (FACEX) - salleteg@yahoo.com.br

Turismóloga, Mestre em Turismo e professora do Curso de Turismo da Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do RN

Maria Aparecida Pontes da Fonseca (UFRN) - mariapontes@cchla.ufrn.br

Geógrafa, Doutora em Geografia e professora do departamento de geografia da Universidade Federal do RN

A Dimensão Política no Processo de Territorialização Turística no Município de Tibau do Sul/RN

Resumo

A proposta desse estudo tem como objetivo analisar de que forma o processo de reterritorialização desencadeado pelo turismo se manifesta na dimensão política do município de Tibau do Sul/RN. Buscou-se contribuir com os debates já realizados sobre território, na medida em que se procurou fazer a articulação entre as teorizações sobre o conceito de território (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) e a atividade turística, observando como alguns agentes hegemônicos do turismo se apropriam, dominam, controlam e comandam o território turistificado, inseridos em localidades periféricas do Nordeste brasileiro. Para tanto foi realizado um estudo exploratório, qualitativo e a realizado entrevistas com as lideranças locais. Constatou-se que esse processo perpassa por contradições resultantes dos conflitos de poder existentes na localidade e embora traga implicações nas dimensões econômicas e socioculturais, seu cerne é verificado no âmbito político, na relação entre o empresariado – marcado predominantemente por *outsiders* – e o Poder Público local – composto por *insiders*, que até então, além de deter o poder político também detinham o poder econômico.

Palavras-chave: Território. Turismo. Agentes produtores do espaço turístico. Tibau do Su/RN.

Introdução

O turismo, no contexto da sociedade contemporânea, é um dos setores líderes no comércio internacional de serviços e um dos itens de exportação de muitos países (WTO, 2004). Cada vez mais, nações e regiões voltam-se para esse fenômeno reconhecendo seu potencial enquanto dinamizador de vários outros segmentos econômico (RITCHIE &

CROUCH, 2000). É notório a disseminação dessa atividade com a proliferação de novas destinações turísticas, inclusive em várias localidades periféricas que, em função dessa atividade, passam a se articular e conectar à economia globalizada.

Comumente, a medida em que, a atividade turística se sobrepõe às atividades econômicas pré-existentes desencadeia processos de desterritorialização e, conseqüentemente, a emergência de novas territorialidades com a entrada em cena de novos atores exógenos ao lugar turístico. A desterritorialização se materializa espacialmente através da segregação socioespacial, mas não se resume nisso, implica também na imposição de uma nova cultura e valores (gastronomia, linguagem, vestimentas, estilo de vida, diversões e transgressões) e em novos conflitos decorrentes da disputa de poder no âmbito das relações políticas entre os empresários migrantes do setor turístico e correlatos e o poder político local tradicional. Assim, a desterritorialização provocada pela expansão do turismo se reproduz nas várias dimensões da vida local, isto é no econômico, sociocultural e político. Dessa forma, a reterritorialização decorrente de tal processo implica na apropriação do espaço em que novos agentes se sobrepõem aos anteriores, introduzindo um novo *modus vivendis* e dotando o espaço de um novo conteúdo.

Dentre as várias localidades turísticas onde tais processos se manifestam, temos o município de Tibau do Sul, localizado na porção sul do litoral oriental potiguar, escolhido como um dos 65 destinos indutores do Brasil pelo Ministério do Turismo.

Nesse município, a atividade pesqueira e agricultura familiar foram as principais fontes de renda da população até 1970, quando a partir desse período surge, espontaneamente, os primeiros grupos de visitantes na praia da Pipa, situada a 7 km da sede municipal (TIBAU DO SUL, 2007), iniciando o processo de turistificação, isto é, a produção e o consumo de trechos privilegiados do espaço pelos agentes produtores do turismo (FRATUCCI, 2008), que, por sua vez, desencadeia a constituição de novas territorialidades.

A apropriação e refuncionalização de algumas áreas do município pelo turismo, desencadeou processos de desterritorialização e reterritorialização, gerando conflitos e contradições entre os que estavam e os que chegaram.

No que se refere à Tibau do Sul a magnitude do processo evidencia-se de modo mais expressivo na relação entre Pipa, principal área turística onde se estabelece os investidores turísticos procedentes de outras localidades do país e do exterior, e a sede municipal, onde se concentram os empresários e o poder político tradicional que vêem seu poder de comando ameaçado com a entrada de novos atores no cenário local.

A territorialização desencadeada pela refuncionalização turística (dimensão econômica) implica também na imposição de novos padrões socioculturais (dimensão sociocultural) e na redefinição de poder político local (dimensão política) (HAESBAERT,

2004 p.40), alterando a forma-conteúdo do espaço (SANTOS, 1999). Apesar de reconhecer as várias dimensões desse processo, a proposta desse estudo é discutir a reterritorialização turística, tendo como objetivo analisar de que forma o processo de reterritorialização desencadeado pelo turismo se manifesta na dimensão política do município de Tibau do Sul/RN.

Dessa forma, espera-se contribuir com os debates já realizados sobre território, na medida em que procuramos fazer a articulação entre as teorizações sobre o conceito de território (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) e a atividade turística, observando como alguns agentes hegemônicos do turismo se apropriam, dominam, controlam e comandam o território turistificado, inseridos em localidades periféricas do Nordeste brasileiro, observando-se portanto as especificidades da atividade turística na constituição de territorialidades.

Por se tratar de uma pesquisa que aborda as implicações e significados da territorialidade turística, consideramos que o enfoque mais pertinente é o qualitativo. A população alvo da pesquisa foi composta por representantes de órgãos, instituições e entidades de classe de Tibau do Sul, uma vez que se constituem atores importantes na produção do espaço turístico local: representantes do poder público (Estado); representantes do setor empresarial (mercado) e representantes da população local (residente). Mediante os objetivos propostos, o turista não será investigado, apesar de ser um dos agentes fundamentais na compreensão do território, conforme aponta Knafou (1996).

A escolha dos agentes tomou como referência o estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional realizado pelo MTUR em parceria com o SEBRAE e a FGV (BRASIL, 2007). Sendo assim, tratou-se de uma amostragem intencional (MARTINS, 2002) que atende mais especificamente aos propósitos do estudo, formado por um grupo gestor constituído de dezessete representantes distribuídos em treze instituições e/ou órgãos locais: EducaPipa, Secretaria Municipal de Turismo, NEP – Núcleo Ecológico de Pipa, ABREST – Associação de Bares e Restaurantes de Pipa/Tibau, Amapipa – Associação dos Moradores e Amigos da Pipa, ASHTEP – Associação dos Hotéis de Tibau do Sul e Pipa, Secretaria de Meio Ambiente, Câmara Municipal, Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Associação dos Roteiros de Charme, Associação dos Barraqueiros da Praia da Pipa, Associação dos Vendedores Ambulantes da Praia da Pipa e Conselho Comunitário de Pipa. Foram escolhidos os gestores que exercem liderança no município, capacidade de influenciar e poder de decisão, identificados a partir da observação *in lócus*, confrontando assim os dados encontrados e chegando a resultados mais próximos do real.

Com relação às técnicas de pesquisa para a coleta de dados, optou-se pela aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos agentes investigados, nas relações duais entre a sede do município de Tibau do Sul e Pipa, considerado o distrito mais turistificado da região. Também foi feito um levantamento sobre trabalhos científicos que enfocam a relação entre turismo, território e poder, como também o levantamento de dados secundários de materiais disponíveis na *internet*, tais como: matérias de jornais, pesquisas realizadas por órgãos governamentais, instituições públicas e privadas divulgadas em seus respectivos *sites* (MITUR, IBAMA, IBGE, IDEMA/RN, SETUR/RN e SEBRAE/RN).

Como os dados coletados foram predominantemente qualitativos realizou-se a análise do conteúdo (BARDIN, 1977), após a análise das gravações das entrevistas, com a devida autorização dos entrevistados, e das variáveis pré-definidas.

Para melhor elucidar esse processo escolheu-se a Análise de Conteúdo em função da sua finalidade que vem a ser a produção de inferências, trabalhando com vestígios e índices postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos (PUGLISI e FRANCO, 2005). O que é enfatizado pelo conceito proposto por Bardin (1977), no qual a análise de conteúdo é tida como um grupo de técnicas de análise de comunicação através de métodos regulares e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas, nesse caso as informações foram extraídas dos agentes produtores do espaço turístico de Tibau do Sul.

Os atores - os agentes hegemônicos no processo de territorialização turística

Para Knafou (1996. p 73) os territórios turísticos são “territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores”, aqueles que foram apropriados pelos turistas e sofrem com a especulação imobiliária e ação dos agentes hegemônicos.

Ainda conforme o mesmo autor, são três as principais fontes de turistificação dos lugares que transformam os espaços em destinações: os Turistas que estão na origem do turismo, sem ter uma ligação direta com o poder privado; o Mercado quando elege quais partes do território serão contempladas com turismo, definindo os produtos turísticos; e a terceira é proveniente do Estado, através dos planejadores e promotores territoriais, provém do próprio destino, tanto das instâncias federal, estadual ou municipal.

Coriolano (2003; 2006), Cruz (2000) e Fonseca (2005) apontam que a população local também se constitui em um agente que pode ter atuação ativa no modelo turístico

pensado para a localidade. As comunidades ora atuam enquanto residentes do território ora como trabalhadores do turismo, vivenciando momentos conflituosos, assumindo diversos papéis.

Nos territórios turísticos são observados diversos tipos de territorialidades, desde aquelas formadas pelos agentes hegemônicos, passando pela comunidade local e turistas. Admite-se que a “expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeito à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território”. (ANDRADE, 1996, p.214).

São vários os pontos de vista para o entendimento da territorialidade, uma visão mais focada a questão da organização de seu espaço e o do modo de utilizar a terra é defendida por Sack (1986, p.19) que compreende a territorialidade “como uma tentativa, que pode partir de um indivíduo ou de um grupo, de influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos em uma área geográfica”. Fato é que a territorialidade é marcada pela relação de alteridade e exterioridade. “A territorialidade, por sua vez, refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas” (CORRÊA, 1996, p.251-252). Dessa forma, a produção de territorialidades reflete as relações de poder de cada agente produtor do novo território, visto que há interação entre eles que procuram modificar as relações com a natureza como as relações sociais. É impossível manter uma relação que não seja marcada por ele e que cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade (RAFFESTIN, 1993).

A ação dos agentes produtores do espaço turístico é, ao mesmo tempo, conflituosa, cooperativa e competitiva, emersão de paradoxos que refletem na segregação socioespacial, em novas territorialidades e compõem-se “de pessoas, grupos sociais, empresas/ firmas e instituições com poder de gerar um efeito sobre o fenômeno e/ou sobre a atividade turística, ou seja, com capacidade de intervir, modificar ou influenciar o seu curso” (FRATUCCI, 2008, p. 74). Ressaltaremos a seguir a forma de atuação de dois importantes atores na produção do território turístico focado nesse trabalho: O Mercado e o Estado.

O Mercado

O mercado é um agente hegemônico no processo de territorialização turística. Tecnicamente é conhecido pela denominação de *trade turístico*, constituído por hotéis, pousadas, agências de viagens, restaurantes, bares e demais equipamentos que oferecem serviços para os turistas. Com o neoliberalismo, o agente privado vem assumindo o fornecimento de diversos serviços públicos, principalmente nas áreas dos transportes e das comunicações.

Quando se fala em Mundo, está se falando sobretudo, em Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das idéias, inclusive a ciência e a informação; mercado político. (SANTOS, 1996, p.18).

No turismo não é diferente, o poder privado transforma tudo em mercadoria, como a paisagem, a cultura e a educação. O espaço aparece como mercadoria produzida e vendida, cujo conteúdo escapa aos indivíduos, posto que submissos à troca e à especulação que gera a apropriação diferenciada do espaço por extratos diferenciados na sociedade (CARLOS, 1996).

No contexto de Tibau do Sul, os investidores e empresários atuantes no turismo local são predominantemente externos ao lugar, procedentes de várias regiões do país e do exterior (*outsiders*). Os empresários possuem outra cultura e têm dificuldades de diálogos e entendimentos com os agentes políticos locais (*insiders*) a respeito dos encaminhamentos na promoção do turismo e na produção do espaço turístico.

O Estado

Sabe-se que o Estado desempenha na sociedade um papel considerável no ordenamento do espaço e não se difere no tocante ao turismo, o mesmo assume um papel ímpar para a estruturação de qualquer destino turístico. Hall (2001) ressalta que o planejamento e as políticas públicas são atividades políticas antes de serem técnicas. Dessa forma, as relações de poder existentes precisam ser analisadas criteriosamente, pois as conseqüências no processo são decisivas. Nesse jogo de interesses dos diferentes agentes do turismo, o Estado deve ser responsável pelo processo de planejamento, pois esta instância de poder não pode se apresentar apenas como agente legitimador e reproduzidor das forças do mercado, mas como instituição que reflete o interesse dos setores majoritários da sociedade (HALL, 1999).

O Poder Público não é o único agente influenciador na escolha do destino, mas existem outros poderes denominados periféricos e moleculares, além-Estado, que atuam em

patamares variados e diferentes da rede social, nos quais os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado (FOUCAULT, 2007).

Na medida em que o turismo assumiu relevância no município enfocado, os grupos políticos locais tradicional procurou assumir o controle da atividade, além de participar dos dividendos propiciados pelo turismo, desencadeando conflitos entre os dois grupos distintos - Mercado e Poder Público - no que concerne aos seus interesses na condução do turismo local.

Os *insiders* detêm o poder político e de gestão da atividade, enquanto os *outsiders* detêm o poder econômico e o controle da principal função econômica do município e a dificuldade de entendimento entre os dois grupos resulta em dificuldades para o turismo local e em uma produção do espaço marcada por contradições que põem em risco a sobrevivência da própria atividade, na medida em que essas relações são marcadas pela rentabilidade imediata, relegando ao plano secundário as comunidades tradicionais e o principal elemento de atratividade turística, ou seja, as condições ambientais e a beleza paisagística.

Arenas - a territorialização desencadeada pelo turismo

Por estar situado em área litorânea, a destinação Tibau do Sul tem como segmento predominante o sol & mar, destacando suas belezas paisagísticas naturais. Com o advento do século XXI, novos nichos de mercado vêm sendo explorados, dentre eles o turismo de elite, o turismo de aventura e o turismo de segunda residência. Dessa forma, assumi-se como um destino que se auto sustenta, por possuir uma adequada infraestrutura turística, contando com uma diversidade de meios de hospedagem e equipamentos de Alimentos & Bebidas, e tendo Natal, a capital potiguar, como sendo apenas seu portão de entrada.

A urbanização assume relevância quando se observa que na década de 1970 Tibau do Sul contava com pouco mais de 4 mil habitantes e com a internacionalização do turismo na década de 1990, acompanhou um aumento no crescimento populacional. O município possui um contingente populacional de 10.959 habitantes (IBGE, 2007), porém existem dados extraoficiais que afirmam que conta com aproximadamente 12 mil habitantes.

O aumento da população é atrelado à vinda de migrantes para o município, sujeitos que conheceram o destino como turistas e movidos pela busca de melhoria da qualidade de vida decidiram tornar-se residentes de Tibau do Sul. Estima-se que 1/3 da população do município reside em Pipa e que destes 80% são migrantes.

O agente turistificador primário dessa localidade foi o turista, especificamente os surfistas, no decorrer da década de setenta do século passado, quando se verificava uma integração entre visitante e o residente, marcado por relações não-mercantis, nas quais os aventureiros se hospedavam nas casas dos pescadores e a área era totalmente territorializada pelos moradores locais. Porém, ao longo das últimas quatro décadas, a atividade turística se desenvolveu no município atraindo investidores e turistas estrangeiros, procedentes de vários países europeus, especialmente portugueses, espanhóis.

Pipa, principal zona turística do município de Tibau do Sul, transforma-se de praia freqüentada por mochileiros nos anos setenta, numa destinação internacional no início do século XXI, caracterizada por certa sofisticação, manifestada, por exemplo, em sua gastronomia. O turismo vai se expandindo e outras áreas municipais também vão sendo refuncionalizadas e reterritorializadas, assumindo novos sentidos e significados para a população local. Nesse território, temos a convivência concomitante do velho com o novo, do tradicional com o moderno, atividades anteriormente priorizadas são secundarizadas, os territórios pesqueiros e de agricultura familiar são desterritorializados e reterritorializados pelo turismo, assumindo novos valores de troca através da elevação da renda fundiária.

Estratégias - a dimensão política do processo de territorialização

O turismo enquanto atividade territorializadora do espaço, segue a dinâmica do poder, no qual as políticas são geralmente criadas pelo Estado de acordo com as necessidades do setor privado. Em contrapartida sempre há a resistência, uma vez que, o poder é permeável. Se a priori supõe-se estar detido pelo Estado, de fato não está, pois o poder é relacional, capaz de se reformular. Esse caráter permeável do poder reflete no processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T – D – R) dos territórios,

[...] a territorialização implica [...] um conjunto codificado de relações [...], a desterritorialização é, em primeiro lugar, o abandono do território, mas também pode ser interpretada como a supressão dos limites, das fronteiras [...]. A reterritorialização [...], pode ocorrer sobre qualquer coisa, através do espaço, a propriedade, o dinheiro etc. (RAFFESTIN, 1984 apud SAQUET, 2007, p. 78)

Sendo assim, a territorialização representa o enraizamento de processos locais, não podem ser facilmente ou rapidamente criados e imitados em localidades que não os têm. Em contraposição, na desterritorialização, há o desenraizamento, as atividades se tornam menos dependentes de recursos, práticas e interdependências específicas de um

local, mas remete-se aos fluxos, as redes, e essas relações se movimentam em direções conhecidas e desconhecidas, conexas e contraditórias, criando novas formas de apropriação dos territórios, o chamado processo de reterritorialização. (CÔRREA, 1996)

Nesse contexto observa-se a dinâmica desse processo, eminentemente relacional, metamórfico. Conforme o autor, a produção dos novos territórios pode acabar com um território, bem como pode criar o novo dialogando com o velho, o moderno com o tradicional. Destaca-se o importante papel das migrações no processo de reterritorialização, do poder dos migrantes enquanto modificadores do território trazendo sua cultura, inserindo-se no mercado de trabalho ou excluídos social e espacialmente, o fato é que contribuem para o reordenamento do território.

Raffestin (1993) acrescenta que os fluxos migratórios objetivam a busca pelo capital, logo a invasão dos *outsiders* nos destinos turísticos reflete essa mesma lógica, a procura pelo lucro, empregos e renda pregados de forma ostensiva pelo poder público. Corroborando com essa proposição, Haesbaert (1997, p.115) observa que

[...] a desterritorialização contemporânea, fruto sobretudo de uma longa história das relações capitalistas, é produto/ produtora das inovações tecnológicas impostas pelos capitalistas, e pela sociedade de consumo, que podem gerar uma crescente mobilidade (de pessoas, mercadorias e informações), do relativo desmonte do Estado-Nação e do domínio que exercia sobre sua territorialidade (enfraquecendo as formas tradicionais de cidadania e de controle político sobre as transformações territoriais) e da crise de valores que gera uma crise de identidades, incluindo as identidades com a natureza (cada vez mais devastada e 'enclausurada' em reservas de acesso controlado) e com o território em seu sentido mais amplo. (Ibid., p. 115).

Na sociedade global, a desterritorialização é um processo cada vez mais intenso e generalizado. O processo de desterritorialização acentua e generaliza outras e novas possibilidades de ser, agir, sentir, pensar, sonhar e imaginar (IANNI, 1999).

Na pós-modernidade, "o turismo é um dos elementos que contribui para a aceleração da intensidade da mobilidade das populações sobre a superfície terrestre, sua velocidade e os desenraizamentos dos territórios" (GEIGER, 1996, p. 237). Sendo assim torna-se um elemento transformador do espaço, tanto como objeto ou veículo do processo de territorialização. Como objeto, à medida que os territórios são produzidos para o turismo, de forma intencional como exemplo a criação do Complexo Costa do Sauípe, localizado na Bahia; e como veículo, de forma gradativa e não intencional, quando foram territorializados pelo turismo, caso de Pipa, no estado do Rio Grande do Norte.

O processo de territorialização pelo turismo em Tibau do Sul é provocador da criação de territorialidades, que se refletem no âmbito econômico através da substituição da

pesca e agricultura por novos ofícios ligados a atividade turística – como hoteleiros, bugueiros, garçons, vendedores de coco e condutores de grupo, dentre outros. Esse processo também gera mudanças no espaço, através do deslocamento da população tradicional anteriores ao advento do turismo para zonas mais periféricas e da chegada de migrantes. Além disso, as transformações ainda se materializam na inserção de novas práticas socioculturais, quer seja na linguagem como nos lazeres e no âmbito político, pelo conflito de interesses entre o poder político local e o poder privado.

A desterritorialização no âmbito político em Tibau do Sul ocorre de forma conflituosa, sendo perceptível a luta dos grupos locais tradicionais com a classe empresarial pelo desenvolvimento do turismo no destino. A iniciativa privada, de acordo com pesquisa de campo, pode ser dividida em dois grupos: empresários nativos e empresários de fora. Os primeiros são aqueles que nasceram em Tibau do Sul, poucos em termos quantitativos; já, os empresários de fora são os que residem no município, subdivididos entre aqueles que possuem um vínculo afetivo com o lugar, numa relação de respeito e sustentabilidade; e os empresários especuladores que só pensam em curto prazo, no lucro imediato, sem preocupação sociocultural ou ambiental com a destinação.

Quando perguntados se o poder público trabalha em prol do desenvolvimento do turismo, a resposta em sua maioria foi negativa, apontando principalmente a inércia do poder municipal. Os entrevistados mostraram-se insatisfeitos com a atuação da Prefeitura de Tibau do Sul, que apresenta um estado de omissão que vem se agravando gradativamente. Afirmou-se que há um descaso com a principal atividade econômica do município e uma das mais importantes do próprio estado potiguar.

Dentre as principais justificativas levantadas por um dos entrevistados têm-se: a falta de entendimento sobre o quê é turismo, a ganância pela obtenção de dividendos para os cofres públicos em curto prazo, poucos investimento na infraestrutura básica, falta de divulgação do destino, descaso com o consumo e tráfico de drogas e a questão da segurança pública.

Reforçando esse cenário, não existe nenhuma ação específica do poder público em incentivar a criação de associações, conselhos, cooperativas e/ou negócios para o nativo e isso foi um dado unânime entre todos os pesquisados.

A falta de estímulos para investimentos se expande para os empresários de fora, segundo E1, ironizando, o único incentivo seria a falta de fiscalização: *“Não existe incentivo, o único incentivo que o poder público dá é a falta de fiscalização, isso é um incentivo muito grande (risos). Mas no mais não tem (balança a cabeça negativamente) (risos)”*.

Novamente problemas de gestão municipal são levantados, contribuindo para a falta de políticas públicas que reforçam o processo reterritorializante da atividade turística, definido por agentes externos do lugar, conforme discutido por Cruz (2000) devido à falta de

diretrizes do poder público, os interesses particulares são priorizados e isso é visível no destino objeto desse estudo, em que a força do capital exógeno se sobrepõe sobre os interesses endógenos.

Quanto perguntados sobre as principais ações do poder público no âmbito do turismo, notou-se que a discussão é mais intensa em nível municipal, perdendo força no âmbito estadual e conseqüentemente no federal.

Sobre a atuação do Governo Federal foi dito, principalmente pelos representantes da iniciativa privada a importância dessa instância governamental para a captação de recursos que propiciem a melhoria do setor turístico, porém que falta uma equipe técnica capaz de submeter projetos para angariar esses fundos. Essa falta de preparo técnico é repassada para os governantes municipais, que segundo a totalidade dos entrevistados não tem conhecimento para fomentar a atividade turística e esse despreparo governamental trata-se de um processo histórico. Segundo Foucault (2007) o poder não pode ser tido como um objeto natural e sim como uma prática social que se constitui historicamente.

Dessa forma, as tomadas de decisão geralmente atendem aos interesses de determinados grupos, aqueles que têm mais poder econômico, que detêm o capital. São raras as reuniões que contam com a participação popular e quando existentes possuem falha na comunicação e na divulgação. E a falta dessa participação da comunidade pode significar sérios problemas para o futuro de Tibau do Sul (DIAS, 2003).

Segundo o entrevistado E3, a comunidade *“não participa politicamente, porque não tem essa cultura pregressa e nós que chegamos temos a cultura de discutir, de lutar pelos nossos direitos, complica legal”*. Mais uma vez se faz presente no discurso desse entrevistado uma diferença cultural distinguindo o local do migrante, afirmando que os de fora têm mais capacidade de discussão e reivindicação. O mesmo entrevistado acrescentou que a culpa dessa não participação é a felicidade:

A culpa é a felicidade e a falta de visão, eles estão felizes, tá muito bom como tá, e o trabalho que as pessoas mais esclarecidas fazem é o esforço de manter esse estado de coisas, mas eles não percebem, **eles não percebem a importância do trabalho que é feito pelas pessoas mais esclarecidas e isso inibe a participação**, ah... tá bom demais, tá extraordinário, pra que melhorar? Então, não têm, na cultura dessa região as coisas funcionam meio que como o mar, se a maré tá boa, agente vai lá e pesca, se não tá... então, é uma passividade em relação ao todo muito grande, não são proativos. (E3, grifo da autora)

Logo, quer seja por falta de divulgação ou pelo não repasse das informações pelos líderes das Associações nas reuniões e audiências públicas, o fato é que a

participação da comunidade é muito restrita nas tomadas de decisão sobre o modelo de desenvolvimento do turismo local

Diante desse cenário, constatou-se que as práticas exercidas pela Prefeitura Municipal não levam em consideração os interesses da comunidade, favorecendo o nepotismo, clientelismo e a criação de empregos por conchavos políticos.

Além do atendimento dos interesses políticos, também foi revelado que certas associações de classe e empresários se apropriam do seu poder e do seu discurso para atender fins particulares e de determinados grupos, conforme denuncia E9 ao afirmar que a AMAPIPA reconhece apenas os interesses próprios do seu presidente: *"na verdade é o interesse é altamente especulativo. [...] eles colocaram um membro de cada associação do município pra anular o Conselho Comunitário, entendeu como é que é? "*

Verifica-se que na disputa de interesses ocorre o fortalecimento de determinada entidade em detrimento do enfraquecimento de outra. Uma disputa de poder, que gerou a falência do Conselho Comunitário. Uma das justificativas para isso seria a criação de várias instituições no local, mostrando os interesses conflitantes e isolados dos diversos agentes, caso contrário não se precisava dessa quantidade de entidades.

Se por um lado alguns agentes encontram-se desmotivados, cansados com essa situação, outros exigem os seus direitos e argumentam contra essa realidade: *"E eu vou, participo, grito, reclamo, penso, exijo, bato o pé mesmo e trago pra toda a minha comunidade"* (E6). Embora retrate a participação, a inquietação com o cenário político local, percebeu-se certa limitação dos envolvidos nessa luta pela democracia.

A falta de clareza e da importância atividade turística para o município é partilhada pelo próprio representante do poder público, que acrescenta a pouca autonomia da Secretaria Municipal de Turismo e das demais secretarias: *"falta autonomia das secretarias, não só autonomia de fazer, mas autonomia financeira, autonomia política dos secretários, pra poder colocar em prática as suas idéias"*. (E2)

Revelando que dentro de cada esfera, quer seja pública, privada, terceiro setor ou comunidade, existe esse jogo de poder. O poder apresenta-se centralizado nas mãos do Prefeito, havendo pouco poder decisório por parte das Secretarias e isso reflete na práxis da gestão.

Merece destaque em sua fala também, a concepção de que o turismo é o único meio de sobrevivência da população reforçando a concepção da monocultura, tratado por Krippendorf (2001). Sendo assim, o turismo acaba provocando uma alta dependência econômica, por ser uma monocultura para o município de Tibau do Sul, sofrendo as conseqüências do cenário global, como crises financeiras, apagão aéreo, terrorismos, catástrofes climáticas e da natureza por ser totalidade suscetível aos eventos externos.

Identificou-se ainda a ausência de documentos específicos de turismo que dêem as diretrizes para a ação municipal. Além de ressaltar a falta de sistematização de dados e informações turísticas do município, um dos entrevistados aponta que os problemas de infraestrutura se devem pela falta de pagamentos de impostos pelos agentes que atuam na área. Essa visão é refutada por um agente do mercado e representante da comunidade, que afirma que o problema não é a falta de arrecadação de impostos, mas a má gestão desses recursos por parte do poder público.

De acordo com a Constituição Brasileira, todos os municípios que possuem vinte mil habitantes devem possuir o Plano Diretor e embora Tibau do Sul apresente um pouco mais de dez mil habitantes o mesmo possui. Uma das causas é a importância turística que o município apresenta diante do estado potiguar. Apesar da existência desse documento específico, foi levantado por E4, que durante sua elaboração determinados interesses foram priorizados, sinalizando a existência de algumas imperfeições no Plano, segundo ele: "**o município [...] tem 70% de área de expansão urbana, quase todo o município [...]. Isso foi uma jogada de interesses de venda para estrangeiros, porque se continuasse área rural não pode ter venda, só pode ser venda pra brasileiro**". (E4, grifo da autora).

Dessa forma, é certo que as relações não acontecem somente de acordo com o que está definido nos instrumentos formais. Os agentes sociais e governamentais, no jogo social, estão sempre produzindo novos acontecimentos, aquém ou além do que prevêm as normas.

Constatou-se uma dificuldade na relação com o poder político local, identificada por representantes de todos os setores entrevistados. Essa falta de harmonia entre a iniciativa privada e o poder público fortalece a desterritorialização, promovendo implicações de várias naturezas.

*todo dia tem, processo na justiça tem, tem advogado recorrendo contra o município [...] agente tá sempre, tá sempre se deparando com investidores que quer botar por cima de tudo, acha que tem dinheiro e que pode. **Até nos mal tratos, achando que por ser daqui não tem condições de avaliar um negócio desse, paciência, esse cabra é um matuto lá da mata, vamos levar uma conversa bonita e ele já cai, agente vê muito disso, chamando de burro na nossa cara mesmo, tipo assim, chegar com um documento pronto, assina aí secretário, eu vou assinar com o olho fechado, eles querem isso, percebe?** (E8, grifo da autora)*

Sabe-se que o ideal é que os agentes trabalhem de forma concatenada, os interesses podem divergir em alguns momentos, mas não devem impedir o desenvolvimento do turismo na localidade. Esses conflitos revelam que é difícil eleger um candidato que não seja de Tibau do Sul, uma vez que a maioria dos empresários não é natural do destino, mas

existe uma preocupação em ter representantes junto a Câmara Municipal que defendam os interesses do Mercado.

Embora os agentes apontem para essa problemática, os mesmos conseguiram indicar o nome da Secretária de Turismo, empresária, na tentativa de *conciliar os interesses dos outsiders*, compartilhando com Haesbaert (1997, p.208) “Trata-se de uma massa crescente de migrantes desenraizados, desatrelados de territórios políticos dominado por determinados grupo”, e o grupo local começa a enfraquecer seu poder político.

Para os migrantes, a indicação de pessoas que não são nativas do município seria benéfica, uma vez que eles possuem uma visão de mundo diferenciada, inclusive na política, porém esses sujeitos ainda não podem se envolver na política local formal, pois não são aceitos pelo conjunto da sociedade local e a grande maioria não são eleitores do município.

O entrevistado aponta para uma quantidade grande de migrantes em detrimento de nativos, que tem uma experiência de vida diferente dos locais e que poderiam contribuir para o avanço na política local. Para E13 existe uma preocupação maior em ofertar cargos comissionados, empregar determinados sujeitos em troca de favores e fazer promessas, mas que não há interesse em se pensar num planejamento municipal.

Como fora dito existe um conflito muito grande entre os empresários e o poder público e identificou-se que faltam instrumentos de gestão do turismo que aproximem esses dois poderes. O COMTUR e a Câmara do Turismo foram lembrados como mecanismos para tentar melhorar a comunicação e ação entre os agentes, porém na prática, isso não funciona.

Além da burocracia por parte do poder público, a falta de aliança entre os agentes acaba reforçando a lógica vigente. Observa-se que o poder público não quer se alinhar ao projeto que partiu da iniciativa privada e que os empresários também não se identificam com os grupos políticos tradicionais do local e nessa disputa de poder pouco se ouve a voz da comunidade, que emudecida ou silenciada não se faz ouvir.

A inexistência de um diálogo entre os diversos agentes que fazem parte diretamente da cadeia produtiva do turismo, contribui para elevação de problemas de ordem social, ambiental e cultural nos espaços apropriados pelo turismo e, conseqüentemente, no cotidiano dos habitantes do lugar.

O fato de Pipa ser supervalorizada dentro do município de Tibau do Sul e o processo de reterritorialização que se difere das demais localidades levou até a aprovação da Lei de Criação do distrito de Pipa, levando a outros desdobramentos e a discussão sobre a emancipação política do mesmo. Essa questão gerou divergências entre os entrevistados, muitos deles sendo desfavoráveis à emancipação, mas favoráveis à criação de uma

subprefeitura. Dessa forma, manifestando a reterritorialização política nesse tipo de intervenção.

A criação de novos municípios é capaz de mobilizar vários grupos econômicos e sociais, especialmente, quando esses grupos possuem poder do capital bem como uma razoável identidade cultural na área que reivindicam, como é o caso dos empresários que buscam a emancipação de Pipa, *lócus* da maior parte da receita gerada no município de Tibau do Sul.

Em defesa da emancipação têm-se os empresários e nativos de Pipa, que afirmam que a Prefeitura desenvolve uma má administração e não resolve as demandas do distrito. Em contrapartida, os políticos locais afirmam que a separação promoveria o enfraquecimento geral do município.

Dessa forma, essas visões divergentes levam o reconhecimento a nível político-administrativo de uma nova visão territorial que se trata também da manifestação de uma rivalidade política com bases culturais relativamente distintas e que envolve a relação indissociável entre o poder político local tradicional e o poder de uma classe empresarial migrante que se fortalece cada dia mais no distrito. As conseqüências desses conflitos serão vislumbradas nos anos vindouros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação de Tibau do Sul, e mais intensamente Pipa, de território pesqueiro em destino turístico internacional tem sido conflituosa, perpassando por momentos de tensão, compensação, contraste, variação, união e desunião, variando entre os extremos da frivolidade e do êxtase, e em algumas ocasiões, absorvendo inteiramente os agentes produtores do espaço turístico.

Com a expansão do turismo, o território reconfigurou-se, atraindo migrantes, investidores e até o poder público federal – com a inserção do município como um dos sessenta e cinco destinos indutores do Brasil. A ação desses novos agentes materializa-se no espaço, refletindo na segregação socioespacial.

As relações geradas a partir da reterritorialização do turismo no campo de estudo investigado produziram o predomínio dos interesses privados diante dos interesses da comunidade. As desconexões entre os agentes geraram especulação imobiliária e diante da frágil capacidade dos nativos de se auto-organizarem, seus interesses acabaram sendo direcionadas pelos agentes exógenos ao lugar, fortalecendo os agentes de mercado e contribuindo para o processo de desterritorialização, que, por sua vez, desencadeou a constituição de novos fluxos e fixos, inserção de novos ofícios, mobilidade de pessoas,

capital, mercadorias, idéias, cultura, valores e informações, tendo como consequência a ressignificação do sistema de objetos e de ações.

Do ponto de vista econômico passou-se de uma atividade mais territorializante que é a pesca para uma atividade mais desterritorializante que é o turismo. Essa sobreposição interfere no processo de formação do novo território, atribuído ao turismo e a vinda dos migrantes em seu confronto com as atividades tradicionais locais, como pesca e a agricultura de subsistência realizada pelas populações tradicionais local.

A complexidade desse processo faz com que gradativamente áreas próximas a Pipa venham sendo incorporadas pela turistificação, principalmente Simbaúma, Cabeceiras e a própria sede municipal de Tibau Sul. Além disso, também verifica-se a expansão do turismo nos municípios limítrofes como Baía Formosa e Canguaretama.

Considera-se ainda que, apesar da (des) reterritorialização nas dimensões econômicas e socioculturais em Tibau do Sul, seu cerne é verificado na dimensão política, na relação entre o Empresariado – mercado predominantemente por *outsiders* que possuem negócios em Pipa – e o Poder Público local – integralmente composto por *insiders* que atuam na sede municipal, que até então, além de deterem o poder político também detinham o poder econômico.

O poder privado atuante no município é formado, em sua maioria, por agentes vindos de outros estados brasileiros e países, que assumiram o controle do ponto de vista econômico como sendo proprietários dos principais equipamentos turísticos e os responsáveis pela divulgação e promoção do destino. Nesse âmbito, o poder público por depender do capital do Mercado, assume um papel conivente com a ação do segundo, mostrando-se apático frente ao processo de territorialização turística, dessa forma contribuindo para o fortalecimento da iniciativa privada. Vale ressaltar que essa omissão não é favorável para o desenvolvimento do turismo e a pouca atuação do poder público contribui para a aceleração dos problemas no destino, pois é fundamental para o êxito de uma destinação turística a parceria entre o governo e o empresariado.

A influência do Mercado na economia local expandiu-se na busca por melhorias na infraestrutura de apoio por parte do poder público, na capacidade de auto-organização e participação nos Conselhos, culminando aos fins de 2009, quando conseguiram indicar e colocar no poder político a Secretária de Turismo Municipal, uma *outsider* e empresária, buscando apontar alguém que atendesse aos interesses da iniciativa privada.

Nesse contexto, o poder público local como forma de retaliação e resistência ao avanço dos *outsiders* no campo político, mostra-se contrário a criação de uma subprefeitura em Pipa e nomeação de políticos migrantes, dessa forma o principal conflito no destino, não emerge na relação entre a comunidade local e os empresários, mas com a elite política do

município que se confronta com os *outsiders*, na medida em que sente o seu poder ameaçado por essa nova elite econômica que se impera e avança para o campo político.

Desse modo, tem-se um paradoxo, pois embora a poder público local seja contrário à inserção dos *outsiders* no campo político, não se dispõe a entrar em confronto na dimensão econômica, uma vez que dependem do Mercado para os investimentos no setor do turismo, que é a principal atividade econômica do município.

Corroborando com a criação de novas territorialidades, o Poder Público de Tibau do Sul oportuniza investimentos em seu território, não fiscaliza as obras, libera licenças ambientais em áreas proibidas, omite-se dos problemas municipais; já o poder privado contribui quando compra os terrenos dos nativos implicando a mobilidade dos mesmos, quando constrói em áreas impróprias, criando um novo modelo econômico e turístico, bem como com a vinda de migrantes, que sobrepõe novos valores e culturas a localidade.

Diante desse cenário, o migrante assume um importante papel no processo de reterritorialização, sendo agente produtor e consumidor do espaço. Seu olhar diante do lugar é diferenciado, pois geralmente são possuidores de melhores condições financeiras e tiveram maiores oportunidades de acesso à educação formal, que elegeram não só um lugar para morar, mas como trabalhar numa atividade que lhe garantissem prazer. Ao se estabelecerem no destino, em sua maioria tornaram-se empresários do turismo, como proprietários de hotéis, pousadas, bares, restaurantes e similares, esses agentes vêm contribuindo para que o turismo reterritorialize Tibau do Sul e fazem com que esse processo atraia cada vez mais novos turistas, podendo inclusive contribuir com o aumento do fluxo migratório, uma vez que, muitos vieram anteriormente como turista, e posteriormente fixaram moradia.

Nesse contexto, entende-se Tibau do Sul como um campo de investigação, que perpassa por processos dialéticos de (des)(re)territorialização, nos quais ficam perceptíveis as contradições resultantes dos conflitos de poder existentes na localidade. Pode-se observar passado e presente, simbolicamente representados no território, na relação Nativo/Turista, Lapinha/*Techno*, Comércio informal/*Boulevards*, *Outsiders/ Insiders*, Residente nativo/Residente migrante, Ruas de barro/ Rota do sol, Casas de pescadores/ Hotéis e Praça/Boate. Isso significa que não se pode simplificar a questão dentro da lógica econômica, pois ela é muito ampla, envolvendo elementos políticos, culturais e simbólicos complexos. O processo de (des) reterritorialização atribuído principalmente os *outsiders* (turismo) é muito mais complexo do que as interpretações econômicas apresentam.

Referencias

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura. (Org). **Território**: Globalização e Fragmentação. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BRASIL. **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional**: Tibau do Sul. FGV: Brasília, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura. (Org). **Território**: Globalização e Fragmentação. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate á pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. (Org). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: ABDR, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. Território e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura. (Org). **Território**: Globalização e Fragmentação. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. **Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 24. ed. Org. e Trad. de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2007.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

GEIGER, Pedro P. Turismo e Espacialidade. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org). **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Rethinking collaboration and partnership: a public policy perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, New Zealand, v. 7, n. 3-4, 1999.

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3 ed. São Paulo, 2002.

PUGLISI, M.L.; FRANCO, B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. Ática: São Paulo, 1993.

RITCHIE, J. R. B.; CROUCH, G. I. *The competitive destination: a sustainability perspective*. *Tourism Management*, n. 21, p. 1-7, 2000.

SACK, Robert David. **Human Territorially: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. (Tradução de páginas isoladas).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura. (Org). **Território: Globalização e Fragmentação**. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TIBAU DO SUL. **Plano Diretor Participativo**. 2007

WTO – World Tourism Organization. *Indicators to Measure Sustainable Development Tourism*. **7th International Forum on Tourism Statistics, 2004**. Disponível em: www.tourismforums.org/se/papers/PapersSelected//SD/Paper37WTO/StockholmIndicatorsJune04.doc. Acesso em: 05 de maio de 2008.